Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário cearense
Boas Práticas de Gestão do TJCE

Informações gerais sobre a prática

Título

Calculadora Eletrônica

Unidade de implantação

Coordenadoria de Cálculos Judiciais

Data de implantação

02/03/2017

Alinhamento ao Plano Estratégico

Tema

Gestão eficiente e participativa

Objetivo

Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional

Autor(es)

Autor(a) 1

Luana Lima de Souza Oliveira

E-mail

luanalima@tjce.jus.br

Autor(a) 2

Pedro Carlos Alves Cavalcante

E-mail

pedrocarlos@tjce.jus.br

Autor(a) 3

Hertz Gomes Fernandes Vieira

E-mail

hertz.vieira@tjce.jus.br

Informações detalhadas sobre a prática

Finalidade

Facilitar o acesso de advogados, jurisdicionados e do cidadão a uma ferramenta que auxilie na realização de cálculos judiciais e/ou na atualização de valores.

A calculadora eletrônica também é uma ferramenta de auxílio a magistrados e servidores na liquidação de sentença e/ou atualização de valores referentes às condenações cíveis, fazendárias e de execução fiscal, dentre outras. Com isso, é possível atualizar parcelas relacionadas a débitos judiciais que poderão ser lançados individualmente ou em lote, bem como valores já homologados (como precatórios), custas e honorários, dentre outros.

A calculadora apresenta um diferencial em relação às outras ferramentas disponibilizadas por sites relacionados ou de outros Tribunais, que é a possibilidade de atualização de valores já homologados, com a devida separação do montante em valor principal corrigido e valor dos juros, evitando assim o anatocismo (juros sobre juros) no momento da atualização.

Passo a passo para implantação

O dispositivo surgiu após a identificação de demanda por parte de advogados e jurisdicionados com processos em tramitação. Muitos ligavam para a Divisão de Cálculos Judiciais (atual Coordenadoria de Cálculos Judiciais) e para a Seção de Contadoria do Fórum de Fortaleza, solicitando orientação de como proceder nos casos de liquidação/atualização de valores referentes a demandas processuais e sobre os índices a serem aplicados. Ademais, indagavam se existia uma ferramenta que prestasse tal auxílio.

Diante disso, a Secretaria Judiciária (Sejud) e a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) realizaram reuniões com o objetivo de tentar suprir essa demanda, quando foi então idealizado o

dispositivo, posteriormente desenvolvido por meio de parceria entre as duas Secretarias, com apoio técnico da Divisão de Cálculos Judiciais (atual Coordenadoria de Cálculos Judiciais), da Divisão de Sistemas Administrativos (atual Coordenadoria de Sistemas Administrativos) e da Seção de Contadoria do Fórum de Fortaleza.

Foram realizadas pesquisas e consultas sobre ferramentas existentes em outros Tribunais, as quais, verificou-se, não atendem de modo adequado às necessidades identificadas de jurisdicionados, magistrados e servidores da Justiça do Estado do Ceará, o que motivou o desenvolvimento de ferramenta própria.

Resultados alcançados

O resultado imediatamente percebido foi a diminuição dos contatos oriundos de advogados e jurisdicionados, dirigidos à Coordenadoria de Cálculos Judiciais do Tribunal de Justiça e à Seção de Contadoria do Fórum de Fortaleza, com o objetivo de dirimir dúvidas acerca dos cálculos relativos aos processos em tramitação nas respectivas instâncias.

A constatação prática acima mencionada é corroborada por números fornecidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), segundo a qual houve aproximadamente 2.200 acessos à calculadora por mês, no período de 02/03/2017 a 24/11/2017.

Trata-se, portanto, de melhoria na prestação do serviço, que teve pelo menos duas importantes consequências: economia de tempo para as partes, na busca pela informação requerida, e mais tempo disponível dos servidores para executar outras atividades das unidades, o que impacta diretamente na celeridade dos processos de trabalho.